

Das novas possibilidades do trabalho coletivo

Gláucia Campregher

Resumo

Defendemos nesse artigo que a possibilidade de superação do trabalho assalariado signo da alienação só pode se dar pelos potenciais de emancipação do próprio trabalho; potenciais estes que são reforçados por alguns elementos (tanto técnicos como sociais) da dinâmica capitalista mais recente da acumulação flexível. Nesse sentido, o trabalho é ainda uma “categoria chave” para pensar o capitalismo e sua superação, dado que cada vez mais é a “combinação da atividade social que aparece como produtora”(Marx). Essa “combinação” se dá hoje mais no território que na fábrica, é organizada mais transversalmente que verticalmente e pode, com o devido apoio, gerar redes de cooperação onde o trabalho, em sua dimensão produtiva, seja, no mínimo, melhor recompensado; e em sua dimensão formativa, no mínimo, menos alienado.

Abstract

This article attempts to show that more recent dynamics of capitalism based in flexible accumulation (in both of dimensions technical and social) puts again the question about another kind of work, not pay by wages, and not incontinent about his power. In this way, work is yet “a key category” to think society (in the opposite view of Claus Offe). Following Marx, we believe that combination between social activity is the power of productivity. And nowadays, this “combination of social activity” exists in territory before his appropriation by capital, is organized by a different kind of entrepreneur (a political one - Negri), and give a small firms a chance for survive in nets. Therefore, we aren't agree this is a “post capitalism” coming. Even capitalists forces gain with this, and reorganize his power of concentration in a different ways. So, future is open and depends

I - Introdução

Defendemos aqui que a possibilidade do indivíduo ser “mais universal e mais vinculado à humanidade”, para ser concreta, tem de envolver trabalho; seja o trabalho na sua dimensão produtora de bens e serviços (que é a mais trivial), seja naquela (aparentemente menos comum) produtora de organização social. Isso por que o trabalho, mais que qualquer outra coisa, vincula o indivíduo à comunidade mais próxima e à sociedade em geral da forma mais íntima possível¹. Mais concreto ou mais abstrato, o trabalho envolve sempre *combinação explícita de ações e operações entre os indivíduos*², que estão por sua vez organizados em grupos sociais. Envolve também, razão instrumental e razão comunicativa, relações de interesse e relações de solidariedade, economia e sociedade³.

O elemento central que justifica a percepção de alguma positividade no desenrolar recente da dinâmica capitalista é o reconhecimento de que, cada vez mais, “*a combinação da atividade social é que se apresenta como produtora*”⁴; um reconhecimento que, entretanto, oscila entre o óbvio e o controverso. Senão vejamos.

Desde logo, não é óbvio que as coisas nem sempre foram assim. Nem sempre a produção das normas, das leis, das ciências ou das instituições, foi tão semelhante à produção das coisas. Na verdade, essa semelhança é o resultado do longo processo histórico

¹ Mesmo que o trabalho compartilhe com a linguagem e o sexo dessa primazia ontológica – afinal, a despeito de importantes e determinadas aparências em contrário, ninguém trabalha sozinho, nem “transa” sozinho ou fala sozinho –, do nosso ponto de vista, as formas da sexualidade e da comunicabilidade são, ao longo da história, mais determinadas pelas formas de organização do trabalho e das trocas que determinantes destas. De fato, essa não é uma tese dominante nas ciências sociais e provar a sua razão está muito longe dos objetivos desse artigo. Vide a respeito os trabalhos de CAMPREGHER, G. “Desdobramentos lógico-históricos de uma ontologia do trabalho em Marx”. Mimeeo: Unicamp, 1993 e “Contribuição à crítica da economia política do não-trabalho”. Mimeeo, Unicamp, 2000.

² Faz parte dessa combinação a aceitação, pelos trabalhadores, da convivência com uma série de estratégias ou operações técnicas resumidas numa máquina que, a despeito de não passar de um produto do trabalho humano, se apresenta aos trabalhadores como instrumento de sua subordinação e negação. Assim mesmo que certas operações possam permanecer absolutamente desconhecidas para a grande maioria dos trabalhadores, a convivência com este desconhecimento tem de ser *combinada, acordada*, ou se poderá reagir a ele de modo, inclusive, violento.

³ Vide CAMPREGHER, G. “Contribuição à crítica ...” op. cit. principalmente os caps. da parte I.

⁴ MARX, K. “Elementos fundamentales para la Crítica da Economía Política (Grundrisse)”. México: Siglo XXI, 1983, p.233.

de redução da “ação” e da promoção do “labor” ao “trabalho”⁵. A produção de leis e normas de gestão do império chinês ao tempo do mandarinato e o trabalho dos agricultores naquele mesmo tempo não tinha nada de comum! De fato, só o capitalismo alcança reduzir *o conjunto* das atividades humanas a procedimentos que são passíveis de *aprendizado, rotinização e corporificação em maquinismos*.

Tal redução não é, do nosso ponto de vista, necessariamente ruim. Se existem os que, como Habermas, acreditam no contrário: que os sistemas resultantes deste longo processo histórico aparecem como um conjunto autônomo e independente de procedimentos mecânicos⁶, tratando-se então de uma independização absoluta dos sub-sistemas (como ele os chama) do poder e do dinheiro; existem também os que acreditam que estes, ao contrário de estarem fora do alcance “de todos”, são hoje mais que nunca passíveis de serem compreendidos e mesmo serem desprivatizados.

É o caso de Negri, por exemplo, que vê nos novos procedimentos de socialização do trabalho o surgimento de sujeitos novos capazes de conferir novos sentidos à dominação. O pressuposto teórico distinto de Habermas é que não se separa aqui os “sub-sistemas do poder e do dinheiro” do “mundo da vida”. A dominação opera lá e cá, como também as estratégias de resistência e oposição; e isto sem que estes campos sejam delimitados de algum modo.

Assim, se não há essa divisão rígida entre sistema e “mundo da vida”, nem este último escapou a colonização mais brutal (como acredita Habermas), nem foi plenamente colonizado (como acreditavam os primeiros frankfurtianos mais pessimistas). E nem podemos dizer que o sistema já opera sozinho contra o que sobrou de humano nos humanos. Voltando ao trabalho, é ele que assemelha ambos; sistema e mundo da vida. Isso por que também ele não pode ser pensado como tendo duas dimensões absolutamente

⁵ Dialogamos aqui com a nomenclatura de Hanna Arendt para quem trata-se de coisas distintas - o trabalho, o labor e a ação -, que teriam sido tornadas, erroneamente, uma mesma coisa - o trabalho - por Marx. Discordamos da autora justamente aí: “quem” reduz o labor (atividade repetitiva, pouco criativa e que nada transforma) e a ação (atividade política que tudo transforma e não apenas a matéria) ao trabalho é o capitalismo e não Marx. Vide CAMPREGHER, G. “Contribuição à crítica ...” op. cit. cap. 1 da parte II.

⁶ Estes sub-sistemas seriam autônomos e desacoplados do “mundo da vida”. Só neste último haveria chance para a dominação de valores mais “humanos” pertinentes a um razão superior, nos primeiros reinaria ainda a dominação do capital e sua racionalidade instrumental. Vide HABERMAS, J. “Teoría de la acción comunicativa”. Buenos Aires: Taurus, 1989.

distintas: a produtiva e a formativa⁷: onde a primeira estaria mais ligada a racionalidade técnica própria do sistema, e a segunda a racionalidade substantiva própria do mundo da vida.

Fazem parte do trabalho tanto as dinâmicas de simplificação, rotinização, e mecanização que atingem inúmeras funções dentro da administração e gestão do poder, quanto as dinâmicas de complexificação, de enriquecimento de conteúdos de conhecimento – sejam aqueles de caráter mais técnico-científico, sejam de caráter mais sócio-político-cultural (onde as relações sociais, o entrosamento comunitário, ou conhecimento de diferentes tipos de organizações e instituições é fundamental)- que atingem hoje até o chão de fábrica.

Um exemplo dessa novas funções do trabalho, incorporadas inclusive num novo agentes produtivo (algo entre o trabalhador, o empresário e o político em suas formas tradicionais) é o caso do “empresário político” de Negri que, como veremos mais adiante, é aquele cuja “intermediação passa a receber uma conotação política, pois é através de sua ação que o processo produtivo ganha um sentido ordenado, coeso e completo”⁸.

Esse modo de encarar o trabalho social como tendo atingido um grau de abstração que vai além da mera transformação em “angu” do fazer coletivo de todos os assalariados envolvidos em atividades produtivas (fabris e não fabris, ou seja aqui incluídos o comércio e os serviços), equivale a ver toda a “atividade social” paralela (inclusive a própria dominação), como sendo, igualmente trabalho. Trata-se pois de uma tendência de hiper abstração do trabalho da qual se beneficia ainda o capital, mas que carrega possibilidades de superação daquele, do nosso ponto de vista superiores, as que carregavam o velho proletariado.

⁷ Vide a recuperação dos significados destes termos a partir de Mrax em MAAR, W. L. “Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?” In: VIGEVANI, T. et. al. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995

⁸ NEGRI, A. “O empresário político”, in URANI, A., COCCO, G. e GALVÃO, A. (orgs), “Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália”. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.67. Adiantando um pouco o que veremos mais a frente, defendemos a hipótese de que, exatamente quando criar uma empresa torna-se “trivial” - de tal modo que é ela, e não os bens e serviços finais, que passa a ser produzida em série -, a conotação política ressurgue transformada, perdendo a dimensão “adjetiva” que caracteriza o herói de Arendt, em prol da dimensão mais substantiva do indivíduo cidadão de Negri.

Uma prova disso, como iremos ver, é a constituição de inúmeras experiências, em diversas regiões do planeta, de um sentimento de solidariedade “de classe” mas baseado na positividade de *condições “subjetivas”* – em oposição a negatividade da condição objetiva de destituição de toda forma de propriedade que, no marxismo clássico, era considerada a base da solidariedade operária -, que dizem respeito à *consciência dos direitos de cidadania e ao pertencimento a um território estruturado pelo trabalho*.⁹

Dito isso, o conjunto desse texto é uma tentativa de mostrar que estão abertas as possibilidades para que o trabalho possa assumir o seu papel de sujeito das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas de nossa época, fazendo do acúmulo da transformação quantitativa (onde ele é objeto) uma ponte para a mudança qualitativa, bem aos moldes da dialética hegeliana.

II – Da defesa do trabalho como base do sujeito coletivo da emancipação

Hoje quase enterrado, o debate sobre o papel dos trabalhadores como sujeitos da história, já fez rolar muito papel. Dentre o muito material produzido dialogaremos aqui com uma síntese recente de Wolfgang Leo Maar¹⁰ que trás para o Brasil uma bibliografia pouco conhecida, pois mais restrita à língua alemã, cujos estudos procuram, na realidade atual, argumentos novos para a defesa do papel emancipador do trabalho.

Maar começa por analisar o debate entre Oskar Negt e André Gorz em torno da pretensa falência do proletariado como sujeito da história. Negt pretende que seja *“totalmente óbvio que as utopias da sociedade do trabalho não estão esgotadas na escala*

⁹ Não estamos dizendo que o proletariado constituído a partir da destituição de toda forma de propriedade, não poderia jamais ter sido pensado como “fonte de toda riqueza e toda cultura”, como denuncia Offe ser o pensamento de Marx. (OFFE, C. “Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho”, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.20) Pelo contrário, acreditamos que este agiu em conformidade com os limites de sua época, tendo produzido ao fim e ao cabo, os avanços democráticos (políticos e econômicos) que são hoje a base daquela positividade subjetiva a que nos referíamos acima..

¹⁰ MAAR, W. L. “Fim da sociedade..” op. cit. Com exceção de Oskar Negt e Elmar Altvater, acreditamos que os demais pensadores alemães citados por Leo Maar sejam pouquíssimos conhecidos no Brasil, se citamos seus nomes é apenas para vermos que nem tão poucos são aqueles que se colocam na perspectiva descrita no texto acima: Zech, Kern, Schumann, Honneth, Kraemer, Schmied-Kowarzit, Ullrich, Strasser.

mundial, que os povos miseráveis retiram suas esperanças de libertação da miséria do desenvolvimento do trabalho”¹¹. Isso significaria uma alternativa frente ao “passo atrás” que nos sugeririam Gorz e Habermas¹². Essa alternativa passa por um exercício de unificar as dimensões da ação (e/ou da interação) e do trabalho, da razão crítica e da meramente instrumental. Ao contrário do que fazem aqueles autores que, como Gorz, as separam e com isso se deparam com algumas aporias. Como diz Maar:

“O eixo da argumentação de Gorz é retirar a atividade autônoma do alcance do trabalho econômico e de sua moral de eficiência, numa ‘utopia do tempo livre’. Mas isso se dá inserindo-se essa mesma atividade numa relação favorável com o trabalho assalariado, paradigma da produção capitalista. Em Gorz há, portanto, uma aporia: dois planos ‘desconexos’ de ação política, mas que se ‘relacionam’. Negt procuraria evitar esta aporia, atribuindo um mandato político amplo à representação social (sindical) *no plano do trabalho econômico coletivo*”.¹³

Segundo Maar, Negt e os demais acreditam mesmo em uma “nova qualidade de unificação do trabalho” onde os trabalhadores da produção não estariam separados daqueles que realizam tarefas de “regulagem e controle”. Acreditam que, se o desmoronamento da produção em massa fordista não é mera ideologia, será sob seus escombros que – como pretendem Kern e Schumann - encontraremos uma

“nova ‘qualidade de unificação’ do trabalho atual. O tempo libertado do trabalho produtor de bens de consumo seria usado por um aumento das atividades de regulagem e controle, sob a égide do trabalho coletivo do ponto de vista do trabalho. Sob a égide do capital, enquanto trabalhador coletivo capitalista, para o qual “trabalho” seria apenas o “produtivo”, isto não seria “trabalho” mas função do capital. Mas há muitas atividades fora do espectro estrito do trabalho produtivo que também são “trabalho”; precisam ser consideradas como tal para restabelecer os vínculos de seu potencial emancipativo com a efetiva estrutura material produtiva, expor uma racionalidade social”.¹⁴

¹¹ NEGt, apud MAAR, “Fim da sociedade ...”idem p.88.

¹² Pois como diz Maar, “uma saída de marcha a ré é ensaiada tanto por Gorz como por Habermas” a medida em que eles respondem afirmativamente à questão: “Estaria em causa o fim da sociedade do trabalho como lema restaurador da concepção do ‘trabalho formativo’ (o do espírito, hegeliano!), como mito burguês, cuja idéia a história do trabalho real, físico, apenas ilustra, exemplifica? Seria um retorno da sociedade de classes à sociedade civil e sua dualidade do burguês e do cidadão?”. Idem, p.94.

¹³ Idem, ibidem. Os grifos são nossos.

¹⁴ Kern e Schumann, apud MAAR, idem, p.100.

Do nosso ponto de vista, contudo, só se pode seguir adiante com este raciocínio se fizermos um pequeno acerto de contas. Temos de admitir que o potencial emancipador do trabalho não se desenvolve pela afirmação político-ideológica de uma única classe trabalhadora composta pelos destituídos da propriedade. Para nós, *a consciência da perda de toda forma de propriedade é fator necessário mas não suficiente para que se erijam valores positivos efetivamente unificadores do sujeito coletivo*. Enquanto grassou, na prática política socialista, o coletivismo forçado – valor abstrato, sem determinações reais e objetivas e, por isso mesmo, compatível com práticas individualistas, burocráticas e autoritárias - como único valor necessário e suficiente, “sobrou” para o capitalismo a defesa do puro individualismo. Do lado da prática teórica as coisas foram um pouco melhor, mesmo assim, estruturalismo e dialética não conseguiram se somar e erigir um paradigma alternativo àquele baseado no individualismo metodológico¹⁵.

Os “valores positivos” que mencionamos já começam a emergir de pesquisas as mais diversas onde indivíduos e grupos sociais conformam um objeto comum. São estes advindos de experiências que envolvem: uma educação diferenciada, um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade ou região, um passado democrático e de forte conteúdo comunitário, ou uma cultura cívica (como chama Putnam¹⁶), e um conjunto de experiências cooperativas as mais diversas. Isso não quer dizer que estes elementos já estejam trabalhados de modo a defendermos aqui que a tarefa de se construir uma base real – na teoria e na prática - para a unificação dos sujeitos individuais em torno de um projeto coletivo já esteja acabada. Pelo contrário, este está ainda por fazer. Até por que sem um elemento comum que costure todas essas investigações sobre o potencial emancipador de indivíduos e comunidades, cada uma dessas pesquisas vai continuar no mesmo lugar onde hoje estão: nas coleções oficiais dos organismos internacionais das “melhores práticas”. O que nos preocupa é que muitos que chegam àquela nossa conclusão - de que a falta de propriedade é insuficiente para esta unificação dos trabalhadores em torno de um projeto de

¹⁵ O estudo “Dialética, estruturalismo e (pré)pós-estruturalismo” (in FAUSTO, R., “Dialética marxista, dialética hegeliana: A produção de mercadorias como circulação simples”. R.J.: Paz e Terra, S.P.: Brasiliense, 1997, apêndice) dialoga com o que estamos dizendo, à medida em que mostra como só um “estruturalismo quase dialético, como o de Mauss”, poderia superar o individualismo metodológico de um Weber e o estruturalismo de um Levis Strauss.

emancipação social -, deixam de buscar no trabalho um elemento comum, trocando o “paradigma do trabalho” por outro, como pelo “paradigma da linguagem”, como o fez recentemente Haddad¹⁷.

Na direção contrária, como dissemos até aqui, acreditamos que o trabalho seja ainda a fonte de um potencial de identificação dos indivíduos que quando acumular força política poderá mudar os rumos da história. Quais são os indicativos na realidade atual que nos tem feito acreditar nisso? Onde eles prosperam? É o que veremos a seguir.

III- As possibilidades abertas pelo pós-fordismo – o território no lugar da fábrica, o empresário político, as redes de pequenas empresas.

A manifestação mais evidente da negação do trabalho no mundo inteiro é a redução do emprego industrial que, via de regra, se faz acompanhar pela redução da formalização da contratação do trabalho. Em meio a essa alteração das formas de contratação do trabalho, ou a essa redução do assalariamento, existe um vácuo deixado pelo capital. De fato, a mão de obra redundante, não sendo mais exclusivamente composta dos desqualificados, é uma massa de trabalho sobre a qual não incide mais soberanamente o poder organizador do capital. Mesmo que este venha a se fazer de novo presente em momentos de expansão dos ciclos de negócios, *a alternativa de auto-organização dos trabalhadores*¹⁸ *durante a fase ruim ganha perenidade, passando a se constituir numa alternativa permanente.*

¹⁶ PUTNANN, R. “Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna”. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

¹⁷ Diz esse autor: “...uma coisa é certa: como nenhuma das classes, na sua particularidade, carrega consigo os interesses universais da humanidade, a única forma de construção de um projeto alternativo de sociedade não pode deixar de contar com um elemento fundamental: o diálogo. Eu, que (...) me afastei muito da abordagem de Habermas, tenho que concordar com ele num ponto muito importante: ‘a perspectiva de emancipação não resulta de modo nenhum no paradigma da produção, mas sim do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo. É a forma dos processos de interação que tem que ser modificada, se se quiser descobrir no plano prático o que é que os membros de uma sociedade poderiam querer em uma determinada situação, bem como o que é que elas deveriam fazer em prol de seu interesse comum’.”. HADDAD, F. “De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado”. Mimeo, USP, 1996, p.62.

¹⁸ Pois assim consideramos todos aqueles profissionais treinados (ou formalmente educados) para exercer alguma função cuja produtividade para o capital é discutível (falaremos disso mais a frente), mas que não se

Além desse aproveitamento de brechas cíclicas, há que se ver que, se a revolução tecno-informacional em curso beneficia a concentração e centralização do capital em escala global, também beneficia articulação local (e “glo-cal”) de trabalhadores. Mas que se entenda bem: não estamos defendendo aqui uma variante de determinismo tecnológico, que derivaria todo progresso de articulação entre sujeitos complexamente determinado aos avanços da “internet”. Não acreditamos que seja o caso, nem de alardear os efeitos salvadores (de socialização), nem de praguejar contra os efeitos devastadores (de des-socialização) deste ou daquele desenvolvimento da “world wide web”. Acreditamos, isto sim, que é possível colocar as novas estruturas informacionais e comunicacionais a serviço de um projeto que, tanto pode ser o do crescimento da dependência social da ciência e da técnica comandada pelo capital, como pode ser o do crescimento das possibilidades da auto-organização dos trabalhadores.

Se essa auto-organização não é fenômeno natural, efeito tendencial obrigatório do funcionamento desta ou daquela lei econômica, é, por isso mesmo, fenômeno de envergadura distinta, com especificidades próprias a este ou aquele país ou região. De fato, se o que confere generalidade a este fenômeno é a própria universalização do fordismo que o antecedeu, é a extensão do pacto fordista para o estado de bem estar social, ou seja as conquistas de direitos que conferiam *status* de cidadania aos trabalhadores, que define em que medida o território¹⁹ toma o lugar da fábrica como eixo da articulação das forças produtivas no momento presente.

De tudo o que se disse nos anos 80 e 90 acerca do fordismo e do pós-fordismo, já existem “n” balanços que dão conta de um universo amplo de questões. Dentre estes, chama a atenção o balanço de Cocco, que tem o mérito de ir além do inventário de questões

enquadram mais em nenhuma esfera “aurática”. Nenhum burocrata de Estado, nenhum cientista de renome, nenhum programador altamente qualificado tem um lugar “de classe” (adjetiva e substantivamente falando). Ou seja, ou se é um trabalhador produtivo para o capital, qualquer que seja a materialidade do trabalho que este executa, ou se é um trabalhador improdutivo para o capital, mas não necessariamente para a sociedade. Se esta pessoa em particular não se articular com outros trabalhadores para dar vazão a sua produtividade social, a sua sobrevivência estará ameaçada, e os seus títulos não terão *stritu sensu* nenhum valor.

¹⁹ A base desta reflexão acerca do território como fator da auto-organização dos trabalhadores, se encontra fundamentalmente nos textos reunidos por Cocco, Galvão e Urani, cujo alcance não se restringe ao caso da Itália. URANI et al “Empresários e empregos...”, op. cit.

em aberto, para arriscar uma síntese²⁰: a da caracterização de um paradigma pós-fordista que relaciona as performances das empresas (o nível micro) e dos países (o nível macro) ao aproveitamento do “território como meio socioproductivo” onde se dão as articulações entre as mais diversas formas de trabalho²¹. Esse reenquadramento paradigmático é responsável, ainda, por recolocar: 1) a questão da dinâmica econômica como consequência, e não como causa, das desigualdades sociais e distributivas²²; 2) a questão do Estado – enquanto articulador fundamental do espaço efetivamente público - no centro da disputa pela hegemonia social²³.

²⁰ Vide os capítulos 2 e 3 (“Fordismo e pós-fordismo” e “O pós fordismo: a nova qualidade do trabalho vivo”) de COCCO, G. “Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização”. São Paulo: Cortez, 2000.

²¹ Em linhas gerais: “Os paradigmas sociais do pós fordismo qualificam-se pela emergência de atividades imateriais de coordenação, inovação e gestão que requalificam a própria forma-empresa. Novos fatores estratégicos emergem, isto é, as atividades imateriais de pesquisa e desenvolvimento, da comunicação e do *marketing*, do *design* e da formação. A centralidade dessas novas competências não se funda unicamente nas dinâmicas de reorganização dos processos de trabalho, mas sobretudo no fato de que elas permitem viabilizar a integração destas com as dinâmicas de consumo. É destas atividades que depende a integração produtiva, a montante dos comportamentos de consumo, pois elas são capazes de propor inovações técnicas e soluções estéticas adequadas a uma nova organização do trabalho cuja mecânica implica níveis cada vez mais importantes de cooperação nos locais de produção, mas sobretudo entre esses locais e as redes de comunicação que estruturam os territórios metropolitanos”. Idem, p.87.

²² Tornando cada vez mais de difícil legitimação o discurso político da defesa do crescimento prévio “do bolo” (da renda). Afinal, “...a superação das desigualdades, (...) da determinação de um acesso aos serviços, de uma universalização dos saberes, não podem mais ser postergados na espera dos efeitos do crescimento (e de seus impactos sobre a dinâmica do emprego), [uma vez que] constituem a condição deste. Por isso, discute-se cada vez menos política industrial para pensar a política econômica do território, isto é, uma política capaz de valorizar as interdependências entre indústria e redes de cooperação, entre dimensões fabris e dinâmicas sociais”. Idem, p.88.

²³ O raciocínio completo que leva a tal reflexão diz o seguinte: “Se atrás da centralidade da empresa de ponta esconde-se a centralidade do trabalho imaterial (dos manipuladores de símbolos), então as verdadeiras questões estratégicas emergem no nível dos processos de territorialização e espacialização desse trabalho imaterial. O desenvolvimento endógeno, as sinergias entre investimento individual e produtividade coletiva que o Estado é chamado a gerar passam, na realidade, pela territorialização do trabalho imaterial. Essa passagem é determinada pela absoluta interpenetração entre indústria e serviços, pelo fato da indústria ser cada vez mais terceirizada e os serviços cada vez mais industrializados. Pois as indústrias tecnologicamente avançadas nutrem-se dos recursos sociais e culturais distribuídos nos territórios, e vice-versa. A desnacionalização do capital físico-material é seguida pela nacionalização do saber, o comando sobre sua organização. (...) Em geral, podemos dizer que, na chamada ditadura do mercado, a fábrica torna-se minimalista, não constituindo mais o padrão ótimo de organização social. Isto é, a passagem para o pós-fordismo é, de certa forma, o resultado de transformações na própria natureza e no próprio estatuto da produção industrial e, com ela, das grandes corporações operárias e burguesas que constituíam as bases dos compromissos sociais que tornavam material a constituição formal dos diferentes países. A crise da sociedade civil é o marco mais significativo dessa transição. Por causa dessa crise é que os novos espaços públicos, embora funcionem como motores do novo regime de acumulação, ainda não foram reconhecidos como espaços de recomposição possível e necessária do político e do econômico. É nessa negação das dimensões públicas da produção e das forças de trabalho no pós-fordismo que as novas formas de segmentação-exclusão tornam-se os eixos privilegiados de recomposição do comando”. Idem, p.89. Não é necessário dizer que para impedirmos uma recomposição do comando burguês e construirmos uma nova hegemonia política é

Mas para um adequado tratamento destes desdobramentos, é preciso, primeiramente, que nos atenhamos ao universo de questões que dizem respeito às possibilidades do território como pólo organizador do trabalho. O próprio Cocco define para esta questão três “eixos de conceituação”: 1- das relações entre produção e território; 2- das relações entre produção e cidadania; e 3- das relações entre os atores produtivos e a emergência do que ele chama de “empresário político” ou “empresário coletivo”. Destas emergem três “eixos de reflexão”, que apontam respectivamente para: “o caráter público assumido pela produção, na medida em que esta passa a se fundamentar nos territórios”; a conotação produtiva das relações inter-individuais que conferem “à cidadania um significado intrinsecamente econômico”; e as modificações no processo cooperativo advindas da transferência do “lugar” da produção para o “território das cidades”, ou do espaço estritamente privado para o espaço público.²⁴ O que resulta dessa construção é que, se no fordismo as dimensões produtiva e cidadã do indivíduo estavam separadas, obedecendo à clivagem entre esfera pública e privada, nos distritos industriais essa clivagem é “significativamente abalada, ao espalhar pelo território o processo produtivo”. Por isto mesmo, como bem o diz Cocco,

“não se trata de imaginarmos um novo indivíduo que seja ao mesmo tempo produtor e cidadão, pois isso em nada contraria o fordismo. A novidade está no significado público assumido pelas relações sociais de produção”²⁵,

Assim, paralelamente à superação da rigidificação fordista²⁶ pela “acumulação flexível”²⁷, abre-se a possibilidade de uma superação do assalariamento como forma exclusiva do trabalho e da grande empresa como destino de toda e qualquer empresa

fundamental que respondamos a exclusão com inclusão. Mas o radical aqui não são as bandeiras que criticam o economicismo do neoliberalismo enquanto reclamam politicamente o pleno emprego via retomada do crescimento econômico, mas sim aquelas intervenções que procuram tornar os trabalhadores conscientes daquelas dimensões públicas, tornando-os empresários de si mesmos.

²⁴ Em COCCO, G., GALVÃO, A. e SILVA, M. *Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira*, in URANI, A. et al (orgs), “Empresários e empregos...” op. cit., p.13 a p.33.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Vide NETO, B. “Elementos para uma história econômica da rigidez e da flexibilidade na produção em massa”. UFSCAR, mimeo, 1997.

²⁷ Vide principalmente a respeito HARVEY, D. “A condição pós-moderna”. São Paulo, Loyola, 1992; e PIORE, M. e SABEL, C. “The second industrial divide”. New York: Basic Books, 1984.

vitoriosa na concorrência capitalista. Não muda apenas a forma de contratação do trabalho, mas da sua organização, de modo que os trabalhadores têm a chance de se organizar independentemente do empresário (ou, pelo menos, independentemente daquele empresário que meramente pagava o preço da força de trabalho e a carregava para a fábrica). O que significa dizer que o trabalho não está fadado a amargar o destino inexorável de uma flexibilização contratual²⁸ apenas benéfica para o capital. Analisando o que ocorre nos territórios da chamada “Terceira Itália”, onde essas possibilidades já começam a dar frutos, Cocco salienta que:

“Nos distritos industriais, as novas formas de trabalho – em tempo parcial, por tempo de serviço, os trabalhadores autônomos – difundem-se pelo território. Se o emprego (formal, *full time*) entra em crise, o trabalho (em suas múltiplas formas) se espalha pelo território, *integrador* de uma diversidade que encontra as condições para sua reprodução nas cadeias produtivas formadas pelas redes de pequenas e médias empresas. Na interação entre esses inúmeros atores produtivos, catalizando e organizando os fluxos materiais e imateriais existentes entre eles, emerge um tipo de empresariamento essencialmente político”.^{29 30}

Quando toda e qualquer atividade é trabalho, quando todo e qualquer conhecimento é útil, quando já se começa a ler no ócio o trabalho de reflexão exibindo suas propriedades inovativas, quando a organização social não aparece mais para o senso comum como “mistério” (terreno dos deuses, magos, profetas e reis), nem como “problema” (terreno dos generais, políticos, filósofos e cientistas), mas como “obra” (terreno dos trabalhadores em geral), quando enfim a capacidade produtiva é menos associada a uma “força” (de trabalho, inclusive) e mais a um “modo”, é que já estamos vivendo num tempo que questiona a necessidade da acumulação capitalista para tornar produtiva toda e qualquer capacidade de trabalho; num tempo em que o trabalho já pode vir antes (mesmo que não possa, ainda, vir sem) o capital. Segundo a aguda reflexão de Antônio Negri,

²⁸ Ainda que esta aconteça, e de modo perverso, em toda parte que as conquistas sociais estejam atreladas aos direitos trabalhistas. Mas, a solução nesse caso não é restringir as ações à defesa dos direitos adquiridos no passado; é articular uma pressão por direitos mais amplos, dado que o trabalho passa a ser uma base estreita para a ampliação de direitos. Para tanto, contudo, os sindicatos deveriam passar a ser considerados, pelos próprios sindicalistas, bases demasiadamente estreitas da articulação social; o que, diga-se de passagem já começa a acontecer.

²⁹ Idem, p.25.

“Questionando a propósito da autonomia das redes de produção e sublinhando o fato de que nessas redes a produtividade decorre da força de cooperação dos agentes (atores, trabalhadores) e que as relações são, então, caracterizadas pela intensidade particularmente singular da participação à relação produtiva, estamos, assim, levados a concluir que a autonomia das redes de produção significa em último lugar que as redes funcionam independentemente do empresário.

Essa conclusão se exprime, todavia, em termos que não são satisfatórios. Deste modo, se o empresário aparece freqüentemente excluído da função de produção direta e da organização do trabalho (que reside, ao contrário, na autonomia dos trabalhadores), resta o fato de que ele é, apesar disso presente em todos os (e dentro de qualquer dos) casos estudados. O empresário exerce uma mediação específica sobre essas redes e entre elas. Em que consiste essa especificidade? De que maneira ela se diferencia das funções tradicionalmente ligadas à figura do empresário? Para começar a responder a essas interrogações, devemos logo afirmar que essa nova especificidade da função empresarial foi por nós qualificada de política. Nessa configuração precisa, qualificando dessa maneira a função empresarial, queremos ressaltar tanto a independência relativa das redes quanto a forma particular da mediação empresarial, ora exercida. Mas essa definição seria uma tautologia se não acrescentássemos que o ‘empresário político’ é aquele que exerce essencialmente sua função produtiva realizando a reunião das condições sociais, administrativas e políticas da produção. Isso significa que a organização autônoma dos fatores produtivos precede o empreendimento”.³¹

Antes de prosseguirmos, é importante destacar que para Negri o “empresário político” é ainda uma hipótese a ser investigada; mas é uma hipótese que emerge de suas pesquisas empíricas em territórios franceses e italianos e que vem sendo abraçada, de forma crescente e universal, por teóricos e gestores de políticas de inserção social, como aquelas que, aqui Brasil, se colocam a campo para fortalecer iniciativas de auto organização para a

³⁰ Para a compreensão do conceito de “empresário político” vide NEGRI, A. . “O empresário político”, in URANI et al, op. cit., p.59 a p.75.

³¹ NEGRI, op. cit. p.61. Há que ressaltarmos que não vemos a definição da atividade do empresário como política, em contradição com a nossa própria defesa da política em geral como trabalho. Nos primórdios do capitalismo, o empresário se envolvia diretamente na produção, fosse realizando um trabalho semelhante aos seus contratados, fosse realizando um trabalho de organização e gestão bastante diferente do trabalho daqueles. Mesmo assim, ou mesmo sendo trabalho o que ele fazia (estando ou não ao lado de seus trabalhadores), o significado de qualquer dos seus movimentos numa e noutra atividade, era sempre o de estimular, induzir e mesmo obrigar a uma certa conduta os seus comandados. Assim, mesmo sendo trabalho, o que ele fazia tinha o significado político de uma ação, de uma liderança sem a qual ninguém saberia o que fazer. Pois hoje, organizar uma empresa em sentido *lato*, não é uma função atrelada ao “gênio” ou ao “tino” característicos de uma personalidade forte (seja no “chão de fábrica”, seja “à frente dos negócios”). Hoje, mesmo quando desempenha uma função mais tradicionalmente tida por política (estimular, induzir, e mesmo obrigar, organizar, dirigir, gerenciar, etc.) o empresário está realizando trabalho. Não se trata mais de sua

produção que vão do estímulo ao auto emprego, à criação de micro empresas, até o estabelecimento de uma rede de “economia popular e solidária”³². Trata-se pois de usar a realidade para fazermos, como diz Negri, um “questionamento metodológico das ciências sociais” que contribui na construção de um “campo de imanência” alternativo; particularmente alternativo àquele que cinde economia e sociedade (dizemos nós). Refletindo sobre os desafios desse campo de pesquisa Negri nos diz ainda que,

“O que surpreende, além de tudo, quando consideramos as áreas metropolitanas do trabalho imaterial, é o fato que a capacidade empresarial, por um lado, refere-se a uma miríade de sujeitos e de outro lado – mas pelas mesmas razões -, opera em contextos cada vez mais complexos (no que se refere aos empresários políticos institucionais). Hoje, se a complexidade é aqui considerada não como um tabu insuperável da ciência social, mas como sistema ou estrutura das singularidades interativas, encontramos-nos frente a um espaço de análise que pode ser apreendido por um conjunto complexo de metodologias predispostos a essa problemática. (...) Podemos nos limitar a insistir sobre o fato de que as metodologias contemporâneas das ciências sociais prefiguram esse objeto de análise que a pesquisa empírica (em particular a nossa) desenhou. Será, assim, necessário enfrentar preliminarmente os problemas políticos da gestão democrática do patrimônio comum das metrópoles, usando os novos questionamentos metodológicos das ciências sociais, quando o empresário político se apresenta como unidade institucional ou, no caso contrário, quando ele pode ser somente revelado na multiplicidade dos atores. Isso terá por resultado, em qualquer das variantes, impor à base da pesquisa a reunificação do que a tradição sociológica sempre nos apresentou como separado: o empresário contra os atores da produção, o político contra os sujeitos da cidadania social. Ao contrário, é a um ‘campo de imanência’ que a hipótese do empresário político nos propõe investigar”.³³

Ora, as análises de Negri a respeito do empresário político apontam como novidade na ação deste o fato dele *se situar no interior dos processos de cooperação social*. O

personalidade inovadora em ação, e sim da sua capacidade de organização da capacidade inovadora do ambiente.

³² O conjunto de políticas de geração de trabalho e renda, desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais, mudou radicalmente o foco do que era considerado “política social”. Cada vez mais, as políticas sociais transcendem as políticas de compensação, a fundo perdido, de caráter meramente assistencial; sendo, isto sim, políticas de organização da produção local, que incluem a organização da comunidade com o intuito de produzir (que vai da qualificação mais estritamente formal à aspectos gerenciais ou empresariais), a construção de alternativas de crédito, de comercialização e outros. Vide a esse respeito as experiências narradas por Carlos Aquiles Siqueira em SIQUEIRA, “Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso”. Rio de Janeiro: DP&A, 1999; e/ou a reflexão mais teórica de SINGER, P. “Globalização e desemprego – diagnósticos e alternativas”, São Paulo: Editora Contexto, 1998.

³³ NEGRI, op. cit., p.75.

empresário continua sendo o sujeito capaz da concentração de sinergias produtivas e da mobilização de recursos, mas ele só as viabiliza a contento se estiver, ele próprio, *atuando junto aos processos de cooperação*. “Sua potência, consiste no fato de ser agora um multiplicador das sinergias espontâneas que determina a intensidade da cooperação social do trabalho”³⁴. Ou seja, se o empresário tradicional sobredetermina a cooperação social e a insere em sistemas de poder verticais, o empresário político “age transversalmente na cooperação social”. Isso não significa, alerta Negri, que ele se identifique com esses processos de cooperação, mesmo assim ele é parte integrante da “força de trabalho social”.³⁵

Pode parecer que Negri sobrevalorize o ‘empresário político’, quando, na verdade, se existe alguma sobrevalorização, ela se encontra na crença de que os processos de cooperação já aparecem para os trabalhadores como sendo o sujeito de toda produção de valor. De fato, há uma vulgarização dos valores do trabalho cooperativo que, de um lado, se é fundamental para a valorização capitalista (haja visto a atenção que a administração tem dado ao tema), de outro, acaba por gerar como efeito colateral aquilo que almejaram os revolucionários de Spartacus a Lenin³⁶. Por isso, nós e muitos outros esperamos que, do mesmo modo que a valorização puritana do trabalho individual contribuiu para (ainda que sem determinar a) ascensão da burguesia, a valorização do trabalho em equipes contribua para a ascensão dos trabalhadores.

³⁴ Idem, p.65.

³⁵ Para responder como pode o empresário político fazer parte de uma força de trabalho que se organiza independente dele nas redes, Negri recorre a uma comparação com o sindicalista na configuração anterior. “O novo empresário é uma forma de ‘sindicalista’ do trabalho social generalizado. Ele opera internamente na mobilidade dos diferentes atores da produção, ou seja, dentro dos diferentes elementos /atores da cooperação produtiva, seguindo –lhes, exprimindo linhas de contato descobrindo os dispositivos produtivos, desenvolvendo as tendências a se organizar. Nesse sentido, devido a hegemonia da grande indústria e do sistema capitalista em geral, ele trabalha para o capital: mas nessa figura totalmente particular, e com a mesma extrema ambiguidade com a qual o antigo sindicalista socialista trabalhava para o capital no sistema da velha empresa”. (Idem, p.66) Ele acredita, contudo, que essa comparação é ainda insuficiente porque hoje não se sustentariam mais os recortes entre o sindical, o político, o econômico, etc.; não por que “o sindical ou o econômico invadiram tudo, mas, ao contrário, porque o político é a forma de existência e de expressão do social”. (Idem, ibidem)

³⁶ É curioso que mesmo autores que criticam a sobrevida conceitual do trabalho na sociedade atual (como Clauss Offe) reconhecem a alternativa do trabalho cooperativo como forma “democrática e socialista de trabalho”, o que significaria então que o trabalho ainda é uma categoria sociológica chave. Para uma interessante crítica de Offe (de Kurz, e outros), apontando na mesma linha que nós próprios, vide FRIGOTTO, G. “Educação e crise do capitalismo real”. São Paulo: Cortez, 1995 (particularmente o terceiro capítulo).

O que falta acrescentar e que sobressai também na interpretação negriana dos fatos, é que só poderemos aproveitar essa conjuntura favorável se soubermos estabelecer redes tão ou mais fortes do que aquelas construídas pela grande empresa capitalista. O que significa que, para tanto, *teremos que unir, na teoria e na prática, todas as formas de trabalho e as “classes” de trabalhadores*. Significa ainda, que as redes que devemos reforçar não são aquelas “redes de solidariedade” das quais são afastados todos os elementos da racionalidade econômica (valores, medidas, etc.), mas aquelas que justamente se desenvolvem nesse âmbito³⁷.

Dito de outro modo, existe ainda uma luta a ser travada. E mais uma vez se trata da luta pela apropriação privada ou coletiva dos ganhos do trabalho social. Assim, não acreditamos que os reforços dos laços de cooperação social presentes em alguns territórios pós crise do fordismo são suficientes para que vejamos já anunciado o pós capitalismo. O que ocorre é que o desenvolvimento deste modo de produção produz constantemente uma massa de capacidades produtivas (científicas, tecnológicas, informacionais, culturais, etc) que cria vínculos no território mesmo antes de ser apropriada pelas empresas³⁸. O que não era “perigoso” até aqui porque só os empresários tradicionais - melhor ainda se a serviço de grandes estruturas - poderiam mobilizar produtivamente tais recursos. Como previa Marx, contudo, a produtividade do sistema vai tão além da sua limitada base de apropriação que não apenas se está jogando uma parte do trabalho qualificado para fora da (ainda que vinculado à) grande empresa, como essa mesma produtividade tem barateado e miniaturizado o capital fixo, tornando possível o reaparecimento constante de pequenas empresas³⁹.

Contudo, nada disso significa que a grande sociedade por ações perdeu poder e influência⁴⁰; mas indica que a reestruturação industrial profunda e geral que teve lugar no

³⁷ Esse é o nosso entendimento do que sejam, ou devam ser, as redes de economia solidária que interessam. Vide CAMPREGHER, G. “Economia solidária – o que é e o que poderia ser” (www.apades.org.br).

³⁸ Até por que as raízes de muitas dessas capacidades existem ali, nos territórios, mesmo antes da existência do próprio capitalismo. Por exemplo, é o que ocorre com as “comunidades cívicas” de que fala Putnam, que fazem parte da história mais longínqua de algumas regiões da Itália, e onde hoje, justamente, se dá um grande salto no desenvolvimento econômico. Vide PUTNAM, op. cit.

³⁹ Vide, entre outros, PIORE, M. e SABEL, C. “The second industrial...”, op. cit.

⁴⁰ Em geral, as pesquisas dos especialistas apontam que mesmo onde o crescimento das pequenas tenha sido espantoso, este não se deu de outra forma que não sob o controle das firmas maiores. O que ocorre é que as

mundo inteiro nas últimas décadas tem possibilitado uma nova divisão do trabalho entre os vários tipos e tamanhos de firmas, que gera, *a depender dos demais elementos do contexto econômico e institucional* do país ou região, uma maior ou menor independência das pequenas em relação às grandes. Em geral, onde a participação política atua paralelamente à organização social fortalecendo-a, e sendo por ela fortalecida, construindo uma estratégia de desenvolvimento, que, portanto, não é deixada a cargo do mercado, os resultados são os mais abonadores.⁴¹

Segundo o Diretor do Programa Nova Organização Industrial do Instituto Internacional de Estudos do Trabalho de Genebra, Werner Sengenberger, o principal problema da pequena empresa não é seu tamanho mas sua solidão⁴². O que sugere que a solução para o problema do enfrentamento com as grandes empresas seria semelhante a solução dos problemas da classe trabalhadora no enfrentamento com a burguesia, qual seja: “uni-vos”! Essa união possibilitaria que as pequenas não fizessem a opção pela “via inferior” da reestruturação produtiva - como chama Sengenberger aquela estratégia competitiva baseada na desregulamentação do mercado de trabalho e nos baixos salários, cujos efeitos em nada fortalecem a pequena empresa no longo prazo⁴³; mas é ela a própria essência da “via superior”. Essa se baseia na maior eficiência e na inovação, que viabilizam ganhos salariais e melhoras nas condições sociais (preservação de direitos gerais e

grandes ampliaram e diversificaram suas atividades, vendendo mais produtos de um leque mais diferenciado, dado que elas mesmas produzem uma parte pequena (ou nenhuma parte) de cada um. Esse processo culmina numa maior integração horizontal e numa maior desintegração vertical, que, na prática tem beneficiado muito mais as grandes que têm aumentado seu volume de vendas acima da média enquanto caem a produção e o emprego, *vis a vis* as pequenas onde a produção e o emprego crescem acima da média enquanto as vendas crescem abaixo da média. Ou seja, o resultado líquido é a perda de participação das pequenas, resultado este, contudo que é revertido nos casos onde as pequenas conseguem se unir entre si. Vide SENGENBERGER, W e PIKE, F. “Distritos industriais e recuperação local – questões de pesquisa e de política” in URANI et all, op. cit. p101 a p.146.

⁴¹ Para além do exemplo italiano, vide a história recente da atuação das agências de desenvolvimento européias (e dos fundos públicos que as sustentam) que respondem por muito do progresso sócio-econômico de Portugal, Espanha, Irlanda, Dinamarca, etc.

⁴² Idem, p.115.

⁴³ “O problema dessa abordagem [da “via inferior”] é que a melhora que proporciona ao desempenho competitivo, se houver alguma, costuma durar pouco. Na maioria dos casos, o que faz é acentuar o mal estar. Salários ruins e contratos de trabalho por tempo determinado constituem um empecilho para que a firma capte e mantenha a mão-de-obra qualificada de que precisa para ter eficiência e flexibilidade; além disso, este enfoque raramente induz a empresa a ‘investir’ em sua mão-de-obra para torná-la mais produtiva. Assim, como a firma não consegue um desempenho melhor, nem tem outra opção, novos cortes podem vir a ser inevitáveis, o que resulta de uma espécie de círculo vicioso que descreve uma espiral descendente”. Idem, p.117.

oferecimento de padrões adequados de proteção social), que só podem ser alcançados se houver muita cooperação, “participação e utilização conjunta de recursos e a resolução conjunta de litígios”⁴⁴.

Essa aproximação que vimos fazendo das palavras de ordem do marxismo e de autores que até poderiam ser considerados “arautos do pós-fordismo”, está longe de ser uma provocação; embora assim deva parecer a muitos, particularmente àqueles marxistas tradicionais, para os quais qualquer defesa da “nova pequena burguesia” cheira pior que o pior dos revisionismos. E isto na exata medida em que, a despeito de não acreditarmos que os novos territórios do desenvolvimento nos autorizem a falar em pós capitalismo, entendemos que as estratégias de desenvolvimento (mesmo limitadas aos, e pelos, horizontes capitalistas) nestes construídas, de modo compartilhado pela sociedade civil organizada, pelas instituições públicas (mais ou menos independentes do Estado) e pelos representantes diretos das administrações (municipais mais que qualquer outra), constituem já um *meio* para a construção do socialismo. Vencedora a estratégia da “via superior”, será este um *meio* que não justifica nenhum fim distante, mas se justifica a si mesmo. Os trabalhadores articulados neste modelo têm mais condições de se igualarem técnica e economicamente, porque a igualdade sócio-política é uma condição daquela e não um resultado⁴⁵.

Em suma, o conjunto das teses que afirmam que - a produtividade do trabalho coletivo está disponível em estado “vivo” no local (no território), e não mais exclusivamente mortificada dentro da fábrica, que afirmam que o empresário político inventa uma forma diferente (transversal e não vertical) de organizar a cooperação social; e

⁴⁴ “A *co-operação* é necessária para trocar informações e, assim, alcançar uma eficiência comum. Não pode ser mantida sem que haja relações de confiança entre as firmas, bem como entre empregadores e trabalhadores (...) Os padrões trabalhistas oferecem uma oportunidade de suscitar a concorrência construtiva. Com frequência, contudo, esses padrões têm sido injustamente acusados de gerar aumento de custos, reduzir a eficiência e sufocar a concorrência. Afirmaríamos que, ao contrário, o efeito dos padrões trabalhistas é mais provavelmente oposto, ajudando a conseguir um desenvolvimento duradouro e abrangente”. Idem, p.118.

⁴⁵ Isso significa recuperar o compromisso revolucionário que o trabalho tinha no primeiro Marx (dos *Grundrisse*), onde as “possibilidades emancipatórias sociais [se explicavam] diretamente com base no potencial formativo do trabalho, como um potencial educacional, prático” (MAAR, op. cit., p.95); sem prejuízo dos ensinamentos d’*O Capital*, onde Marx (no capítulo dedicado à cooperação) faz alusão ao fato de que a atuação conjunta planejada dos trabalhadores seria “a forma do conteúdo racional do valor que este apresenta no processo de trabalho, que assim se despoja neste processo de sua forma mistificadora” (MARX apud MAAR, idem, p.97).

que as redes de pequenas empresas podem fazer frente às grandes -, contradiz aquele pensamento anti-totalizante que, trabalhando com a divisão das esferas, receia que o econômico contamine o social e o cultural. A cooperação presente no mundo da vida se torna produtiva no sistema econômico também para o “nosso bem”, depende do que vamos fazer para aproveitá-la. E não será preciso fazer mágica, mas fazer política e economia, pois, como diz Leo Maar:

“A configuração da relação ‘aprofundamento do local – aumento da produtividade’ não é mágica: é uma relação inteiramente econômica pois ela não significa nada mais que o uso máximo dos fatores produtivos e das economias de escala onde existem reservas de produtividade, ou seja, de cooperação e de organização social produtiva nada de mágico nessa relação, nada mais que a inesgotável produtividade do trabalho livre e a multiplicação de seu valor através da cooperação. Os únicos limites que podemos supor a este desenvolvimento são de ordem cultural e política: a ação do empresário de tipo novo é fundamental no que diz respeito a este ponto de articulação. Consequentemente, os limites não são absolutos mas relativos e definidos em condições particulares, e a capacidade de avaliação e de intervenção política no que se refere a eles podem ser determinantes. O local é uma substância viva, uma série de relações vitais de articulação de sentidos: flexibilidade e mobilidade são somente a superestrutura de redes dotadas de sentido e, por isso, disponíveis para sinergias. O empresário deve estar em harmonia com o sentido das relações culturais e sociais. A eficácia de sua intervenção será medida através dessa atitude. Longe de caracterizar-se como a ‘colonização’ de ‘mundos vitais’ por subsistemas funcionais (como o queria Habermas), a obra de modernização de nosso empresário se define como ruptura dos limites e revelação dos sentidos produtivos e liberação de toda a racionalidade instrumental sobredeterminada”.⁴⁶

⁴⁶ Idem, pp. 68/69.